



ms
B. B.

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO
DIA 28 DE ABRIL DE 2014**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I- Período de antes da ordem do dia

1.1-Instalação do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão.

II- Período da ordem do dia

2.1-Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014;

2.2-Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2.3-Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2013, e ainda a apreciação do inventário patrimonial e respetivas avaliações do Município de Santa Comba Dão;

2.4-1ª Revisão ao orçamento e às GOP'S para o ano económico de 2014= Apreciação e eventual aprovação;

2.5-Relatório do Auditor Externo sobre a informação do Município de Santa Comba Dão do 2º semestre de 2013 (Alínea do nº2 do artigo 77º da lei nº 73/2013, de 03 de setembro);

2.6- PROFACADEMUS- Escola Profissional de Santa Comba Dão= Documentos de prestação de contas de 2013= Conhecimento;

2.7-PROFACADEMUS Escola Profissional de Santa Comba Dão – Análise de proposta de estatutos "PROFACADEMUS – Escola Profissional de Santa Comba Dão, E:M: Empresa Local de Gestão de Serviços de Interesse Geral – Educação "= Apreciação e eventual aprovação;

2.8- Relatório anual de avaliação de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Comba Dão- 2013= Conhecimento.

III – Período para intervenção e esclarecimento do público

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes, secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ms
ZL
B

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os senhores Deputados António José Brito Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Andrea de Oliveira M. F. Mendes Saldanha, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Miguel Ferreira Marques, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques. Verificou-se a ausência dos senhores deputados Carla Maria Pereira de Sousa, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, que justificaram as faltas, tendo as mesmas sido relevadas pela mesa.

I- Período de antes da ordem do dia

Os trabalhos foram abertos para proceder à Instalação do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão, de acordo com a Lei nº 33/98, de 18 de julho, que criou os conselhos municipais de segurança. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas aos novos elementos deste conselho e de seguida o Senhor Primeiro Secretário fez a leitura da ata de Instalação do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão, tendo depois enumerado os seus elementos que tomaram posse perante a Assembleia Municipal. Verificada a conformidade formal do processo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou que estava constituído e instalado o referido conselho, realçando a sua grande importância para o Município de Santa Comba Dão, dando como encerrado este ato, para o qual foi lavrada uma ata avulso.

Em seguida, foram abertas as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período. Inscreveram-se os senhores deputados César Branquinho, António José Correia, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neve, Luís Miguel Ferreira Marques, Edite da Conceição Alves Cruz, Luís Artur Loureiro Pereira e Marco Paulo Antunes Varela.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a palavra ao sr. deputado César Branquinho, que propôs um voto de pesar pelo óbito do cidadão Senhor David de Oliveira, conhecido pelo seu trabalho no campo das artes, do jornalismo e desportivo, entre outras atividades, que constitui o anexo nº 1 desta ata e dela fazendo parte integrante. Também referiu a importância da comemoração dos 40 anos do Dia 25 de Abril, referindo a restituição da liberdade



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao povo português e a esperança em novos ideais que alguns políticos tentam destruir, dizendo ainda que a saúde, educação, e a área social são valores que devem estar presentes em todos nós. Deu também uma saudação especial à Câmara Municipal de Santa Comba Dão, pelas iniciativas e atividades que decorreram nesse dia. Um agradecimento aos Bombeiros Voluntários, sempre presentes nestas cerimónias, às forças de segurança da GNR e à população em geral.

Seguiu-se a intervenção do sr. deputado António José Correia. Começando por dizer que na bancada não se apercebeu que o sr. deputado César Branquinho e 1º secretário se tinha inscrito e não tem que ter prioridade, presume. Depois desejou felicidades aos membros recentemente empossados do Conselho Municipal de Segurança. De seguida propôs um voto de pesar pelo óbito do cidadão David de Oliveira, referindo que o seu Grupo Parlamentar considera ter sido um destacado e distinto santacombadense pelo trabalho, por todos reconhecido, desenvolvido ao longo da sua vida, que constitui o anexo nº 2 desta ata e dela fazendo parte integrante. A seguir o sr. deputado abordou o assunto, que muito o preocupa, sobre o encerramento dos serviços das Finanças até ao final do presente mês, por estar relacionado com o conjunto de reformas do Governo, referindo que, na semana anterior, tinha ouvido declarações por parte do Senhor Ministro Poiares Maduro em que este processo iria ser feito ouvindo e contactando os municípios. Assim, questionou o sr. Presidente da Câmara para saber se já existiram esses contactos e se podia dar alguma informação a esta Assembleia, realçando que se pode estar perante uma situação irreversível. Daí também questionar se o sr. Presidente da Câmara tem um plano B para que possa existir um espaço em que as pessoas se possam dirigir, dentro das fronteiras do seu território, para tratar dos seus assuntos de finanças, disponibilizando a colaboração do seu grupo parlamentar, dos senhores vereadores e a estrutura concelhia do PSD para o que considere importante nesta matéria, pois é mais aquilo que os une do que os separa. Foi com agrado que registou que as cerimónias do "25 de Abril" decorreram com dignidade e elevação, reforçadas pela qualidade dos discursos alusivos aos 40 anos do 25 de abril. Foi com satisfação que viu como convidado o Senhor Lauro Gonçalves nas referidas cerimónias, considerando-o um homem de verdadeira fibra, que não deixou de estar presente apesar dos seus problemas de saúde, fazendo votos para o seu rápido restabelecimento.

De imediato, foi dada a palavra ao sr. deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, que iniciou a sua intervenção salientando que o concelho está mais pobre pela perda do Senhor David de Oliveira, e que pelo trabalho, dedicação e ideais que nortearam toda a sua vida deve ser um exemplo para as gerações atuais e vindouras. Considerando de toda a justiça que seja atribuído o



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

my
P
P

seu nome a uma rua ou praça desta cidade que ele tanto amou, defendeu e divulgou, prestando-lhe assim uma homenagem póstuma. Por isso, a bancada parlamentar do CDS/PP subscreve inteiramente tudo que foi apresentado sobre o voto de pesar. Em relação às comemorações dos 500 anos do Foral Manuelino que decorreu em São João de Areias deu os parabéns a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que as comemorações atingissem todo o esplendor e grandiosidade. No que diz respeito às comemorações do dia 25 de abril referiu o brilhantismo como decorreu este ato solene, a colaboração da Fanfarra e dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão imprimiram um esplendor e significado muito especiais: Disse ainda que todas as intervenções dos líderes parlamentares, do sr. Presidente da Câmara Municipal e do sr. Presidente da Assembleia Municipal foram norteadas no sentido de uma crença inabalável na mobilização de todos os santacombadenses em ultrapassar as fases difíceis quer do país quer do erário camarário. Por fim deu os parabéns ao executivo pelo trabalho feito através da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) pelo conjunto de ações levadas a cabo para a prevenção e maus tratos na infância.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal considerou que as propostas de pesar pelo Sr. David de Oliveira vêm no mesmo sentido e com a concordância dos senhores deputados o voto de pesar foi aprovado por unanimidade pelos três Grupos Parlamentares desta Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o sr. deputado Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, começando por evidenciar dois assuntos distintos: o primeiro relacionado com a conferência de imprensa promovida pelo Executivo Municipal, no passado dia 6 de março, para informar acerca das dificuldades financeiras do município e as medidas difíceis que terão de ser tomadas; o segundo enquadra-se na estratégia rodoviária regional e nos investimentos prioritários em obras públicas, como a ligação Viseu -Coimbra. Foram colocadas algumas questões ao sr. Presidente sobre estes assuntos, plasmadas no anexo nº 3 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Foi dada a palavra ao sr. deputado José dos Santos Castanheira Neves que questionou se relativamente à União de Freguesias de Óvoa e Vimieiro já estava marcada uma data para a comemoração dos 500 anos do Foral Manuelino.

Em seguida, o sr. deputado Luís Miguel Ferreira Marques interveio para, no seguimento de um dos temas apresentados na última Assembleia Municipal, perguntar ao sr. Presidente da Câmara Municipal, se no quadro e valores apresentados sobre a poupança com cargos políticos foram incluídos valores pagos como ajudas de custo ao sr. Vice-Presidente. Referindo-se à



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comemoração do Foral Manuelino da Freguesia de São João de Areias, disse que dentro das limitações financeiras as comemorações decorreram com grande adesão e alegria por parte da população, dando os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia pelo trabalho desenvolvido. A sua intervenção constitui o anexo nº 4 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Dada a palavra à sra. deputada Edite da Conceição Alves Cruz, esta leu um conjunto de informações, publicadas a 4 de abril do mês em curso, no Jornal do Centro, relativas aos poucos meses de governação do atual Executivo, considerando-as difamações proferidas pelo líder da concelhia do PSD e deputado desta Assembleia. Mais disse que a acusação de inoperância e incapacidade em encontrar soluções para o excessivo endividamento deixado pelo anterior executivo, do qual o sr. deputado António José Correia era Vice-Presidente, é de tal modo grave que depois de passarem cinco meses ainda surgem empresas a reclamar dívida que não consta da contabilidade da Câmara. Referiu-se a processos judiciais instaurados recentemente, assim como a frequente instauração de insolvências por falta de pagamento a fornecedores, perguntando se em cinco meses alguém consegue apagar 8 anos de governação desastrosa e desgovernada, que coloca o Município praticamente na falência com uma dívida superior a 30 milhões de euros. Em relação à dívida que o PS deixou à Câmara em 2005, era pouco mais de 10 milhões e foi reflexo de obra feita ao longo de dezasseis anos de governação do PS. Contribuiu para o crescimento do concelho nesse período e proporcionou qualidade de vida à população. De seguida fez a comparação com a governação do PSD, durante oito anos. Começou por referir que a dívida passou a ser de 30 milhões de euros, tendo o PS alertado nesse período para a situação grave que se estava a criar. Destacou as dívidas das empresas municipais, das parcerias público-privadas sem comparticipação comunitária, das rendas astronómicas de mais de 60 mil euros mensais durante 30 anos para pagar os Centros Educativos Centro e Sul, como problemas graves. Também focou a diminuição do número de alunos do Centro Educativo Norte e nos custos de manutenção. Em relação à conferência de imprensa que envergonhou todos os Santacombadenses nela foram unicamente comunicados dados objetivos das contas públicas deixadas pelo anterior Executivo. Assim o que dirão os Santacombadenses dos diversos processos de obras que estão a ser investigados por parte da Polícia Judiciária, da Inspeção Geral das Finanças e pelo Programa Mais Centro, pois foram detetadas graves irregularidades que podem obrigar o município a devolver valores avultados recebidos pelo anterior Executivo. Os incumprimentos bancários de quase um milhão de euros e das dívidas a fornecedores de mais de meio milhão de euros que não se encontram declarados na contabilidade, entre outras situações



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

irregulares. Para concluir restava-lhe lembrar que a campanha eleitoral para as próximas eleições autárquicas ainda não está a decorrer e caso o sr. deputado António José Correia tenha descoberto uma fórmula mágica para tirar a autarquia da ruína em que a deixou deverá fazê-lo de forma objetiva e concreta e não procurar protagonismo a qualquer preço, adotando desta forma uma única linha de atuação que, é o discurso usado nesta Assembleia de colaboração, é o oposto do que usou no jantar com os militantes do PSD, digamos que usa dois pesos e duas medidas.

Foi dado o direito de resposta ao sr. deputado António José Correia, começando por dizer que surge um conjunto de equívocos na explanação da sr. deputada Edite Cruz e que, ia tentar clarificar, primeiro não houve nenhum jantar do PSD, se mandou algum olheiro viu mal, é a primeira prova de que aquilo que os jornais dizem nem sempre corresponde à realidade, não houve nenhum jantar e esperava que acreditasse na sua palavra. Em seguida referiu que o conjunto de afirmações que fez foi na sua qualidade de líder do PSD concelhio e não na qualidade de deputado municipal. Que, na questão das finanças, o sr. Presidente da Câmara tinha o apoio dos vereadores e dos deputados municipais e da estrutura concelhia do PSD, frisando que as declarações que fez foi de carácter político num momento político. Relativamente a alguns números de dívida que a sr. Deputada Edite Cruz referiu, a dívida era pouco mais de 10 milhões de euros em 2005 e mais de um milhão de euros de faturas não refletidas na contabilidade, curiosamente, só tiveram reflexo em 2006, que foi ano de eleições. Para o anterior Executivo o perímetro da dívida inclui o todo. Desafiou a sra. Deputada a dizer o montante da dívida da Escola Profissional e qual era o valor do processo da Tecosil, referindo que quando se fala em valores têm de ser corretos e não falar de valores que não correspondem à realidade. O PSD assumiu a dívida e não se esconde. Disse que na conferência de imprensa o atual sr. Presidente da Câmara fez uma declaração onde falou do valor das dívidas que já conhecia, no valor de mais ou menos 27 milhões de euros, e perguntou se encontrou alguma coisa que desconhecia. Todas as contas eram conhecidas. Também disse que justificar o presente com o passado é um erro e que os vereadores e deputados do PSD estavam ali para colaborar na resolução da dívida e ajudar a encontrar soluções.

Pediu de novo a palavra a sra. deputada Edite da Conceição Alves Cruz para dizer que a dívida da Escola Profissional estava incluída nos valores que referiu e a dívida da Tecosil comparada com a que o anterior executivo tinha deixado era residual.

Foi dada de novo a palavra ao sr. Deputado António José Correia que mencionou que era bom que a sra. deputada se informasse do valor real da dívida



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao sr. deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, que começou por dizer que o que interessa é unir todos em perfeita união, tentar resolver os problemas do concelho e esquecer as escaramuças partidárias para bem do concelho.

Tomou a palavra o sr. deputado Luís Artur Loureiro Pereira cuja intervenção visou as atividades de enriquecimento curricular (AEC's) dos alunos do ensino básico que foram interrompidas por falta de pagamento dos salários. Assim, pede esclarecimento sobre este assunto, que constitui o anexo nº 5 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Em seguida, o sr. deputado Marco Paulo Antunes Varela tomou a palavra para solicitar esclarecimentos ao sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o quadro de responsabilidades, constante da Revisão do Acordo com a CGD, no âmbito do Reequilíbrio Financeiro e sobre o desígnio e objetivos do Executivo sobre o apoio à dinamização do comércio local, conforme anexo nº 6 desta ata e dela fazendo parte integrante.

A sra. deputada Edite da Conceição Alves Cruz voltou a pedir a palavra para dizer que fez uma listagem do preço da água por cada 10m³ no distrito de Viseu e destaca Santa Comba Dão, Mortágua, Tábua e Carregal do Sal como os concelhos onde são mais elevados o pagamento da água e as taxas de água. Em 2007, a água teve uma subida bastante elevada e nos últimos quatro anos têm vindo a subir o seu preço. Sabia que o Executivo anterior recebeu verbas avultadas da empresa Águas do Planalto Beirão e perguntou se estas verbas estão relacionados com o preço elevado da água que todos pagam.

Foi dada a palavra ao sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas nas intervenções dos senhores deputados. Começou por responder ao sr. deputado António José Correia sobre o encerramento dos serviços das Finanças, dizendo que, após a tomada de posição pública sobre o encerramento das mesmas, recebeu com alguma surpresa as últimas notícias da visita da Troika e da decisão sobre o fecho das finanças. Depois de uma tentativa de tranquilização por parte do Ministro Poiares Maduro aos municípios, em que nenhum encerramento será feito sem antes ter contacto com as autarquias, até ao momento ainda não houve contactos por parte do ministério. Não faz sentido o seu encerramento em Santa Comba Dão, pois as instalações não têm custos de financiamento/alojamento e tudo fará para que tal não aconteça, e não vale a pena falar em plano B. Numa reunião com a CIM foi dado a conhecer um programa para as autarquias disponibilizarem espaços multimédia, em que um funcionário atenderia os utentes em vários assuntos. Logo que haja contacto sobre este assunto



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imediatamente informará os senhores vereadores e deputados. O sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que nas comemorações do 25 de abril foi muito importante a presença do Sr. Lauro Gonçalves que muito os honrou, desejando que se recomponha rapidamente da sua doença. Também mencionou que é presidente da CPCJ, que tem um grupo de trabalho restrito responsável pelo trabalho não público de retaguarda, corroborado por uma comissão mais alargada e fica satisfeito pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido. Depois, referiu-se à conferência de imprensa dizendo que, em 2005, foi feito o mesmo pelo anterior Executivo que divulgou, em todos os jornais regionais/nacionais os problemas do Município, que nem sequer eram iguais aos atuais. O que se pretendeu foi dar a conhecer aos munícipes a situação financeira do Município. Referindo que o que descredibilizou o Município foi o não cumprimento dos empréstimos, o não pagamento aos fornecedores, o não cumprimento de alguns acordos de dívida e que não foi benéfico para os credores do Município. Disse, ainda, que em 2005 a dívida que existia com a Tecosil não tem nada a ver com os executivos anteriores do PS, mas sim com os processos judiciais de anterior dívida deixada por outros executivos, na altura do PSD.

Em relação às questões levantadas pelo sr. deputado Luís Pedro Figueiredo Simões sobre a ligação rodoviária Viseu- Coimbra, o sr. Secretário de Estado disse que só se fará com a comparticipação de privados. E todos os municípios que integram o atravessamento do IP3 estão de acordo com a construção da autoestrada. Contudo, só com a comparticipação de privados deixa alguma preocupação, pois levaria a ser paga. Se assim for consideram que deve haver uma requalificação do IP3. No atinente às comemorações dos Forais Manuelinos de Óvoa, por questões de saúde o Sr. Presidente da União de Freguesias não pode colaborar na sua dinamização e ficou de se encontrar uma data alternativa para a sua comemoração.

Em relação à questão colocada sobre as ajudas de custos/representação do sr. Vice-Presidente, foi dada a palavra ao sr. Vice-Presidente que esclareceu que depois de consultada a Tutela é legítimo que aufera subsídio de alimentação, de deslocação e outras despesas de representação, referindo que nunca apresentou um único recibo de alimentação nem de ajudas de custos e que até agora todas as despesas do telemóvel são feitas a expensas do próprio.

No que concerne às AEC's foi necessário encontrar uma solução para resolver este problema e foi a Associação de Pais que tomou a responsabilidade das AEC's. O Município tem colaborado nas AEC's.

Nas questões levantadas pelo sr. deputado Marco Varela, o Sr. Presidente referiu que não sabe precisar o valor dos juros ao dia e ao mês, mas faz questão que a sra Vereadora com o



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelouro das Finanças lhe faça chegar essa informação para não lhe estar a dar, neste momento, uma informação errada. A informação será dada ao sr. Presidente da Assembleia Municipal que a transmitirá ao sr. deputado Marco Varela. Por outro lado, as receitas não chegam para cobrir as despesas todas, contrariamente ao que se dizia anteriormente, que as despesas fossem alocadas pelas receitas. Também foi dito que o sr. Vice-Presidente está a encetar contactos para criar um conselho estratégico a fim de alavancar o desenvolvimento do concelho. Os contactos já feitos serão dados a conhecer posteriormente.

Em relação ao preço da água, irá receber muito brevemente para ouvir a comissão de utentes e tentar solucionar este problema. O Município recebeu 1 milhão e 500 mil euros pelo pagamento do contrato de prolongamento da concessão. Disse à sra. deputada Edite Cruz que não sabe se o custo da água tem a ver com as verbas recebidas pelos municípios, mas que essas verbas estão relacionadas com obras que os municípios fizeram. A preocupação pelo custo da água foi colocada ao Planalto Beirão, que está a ser pressionado para diminuir os custos da água e a criação de tarifas sociais.

II- Período da ordem do dia

Ponto dois ponto um: "Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de 28 de abril de 2014."- Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2014, não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo a ata aprovada por unanimidade.

Ponto dois ponto dois: "Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo". Com base no documento fornecido aos senhores deputados sobre a informação acerca da atividade do Município foram destacados os seguintes assuntos: A falta de pessoal no Centro Educativo Norte, pois o pessoal não docente que se reforma ou mete baixa médica é problema da Câmara Municipal; foi abordado o projeto da Filarmonia das Beiras; a Área funcional do desporto, da cultura e artes, exposições; a comemoração do Dia dos Moinhos Abertos que decorreu nos dias 5 e 7 de abril; as festas da cidade; a comemoração do Foral Manuelino de São João de Areias; o fórum do associativismo que irá decorrer em maio; iniciativas de âmbito do desporto; a candidatura à ACERT proporcionada pela CIM, cujo espetáculo, Viagem do Elefante, poderá decorrer a 23 de agosto; no dia 26 de abril decorreu na Casa da Cultura a apresentação do livro da escritora Amélia Paulo; o Colóquio - Nos 500 anos dos Forais Manuelinos, Política, Economia e Sociedade, que irá decorrer no dia 31 de maio; no dia 29 de maio terá lugar a inauguração da exposição "Santa Comba Dão Marcos da sua história"; na área da ação social, maio irá ser o mês contra os maus tratos nas



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crianças; o Gabinete de Inserção Profissional irá funcionar até 30 de junho; informação acerca da candidatura Vida e Emprego.

O Sr. Presidente passou para a informação financeira, apresentando uma análise do documento relativo ao Controlo Orçamental da despesa até 22 de abril - dizendo ainda que tudo o que é adquirido será pago no prazo acordado, fazendo referência aos acordos assumidos. De seguida passou à análise da Estrutura da Receita, nomeadamente ao controlo orçamental da receita até 21 de abril, onde destacou a diminuição das receitas cobradas em impostos diretos, um ligeiro aumento do IMI e IMT.

Deu algumas informações acerca dos processos judiciais em curso onde estão incluídas algumas injunções.

Após a análise destes documentos, pediu a palavra a sra deputada Andrea Saldanha considerando que o visto do Tribunal de Contas (TC) se apresenta como determinante na viabilização do empréstimo do PAEL e verificando que o Município de Santa Comba Dão respondeu, dentro do prazo, às questões inicialmente formuladas pelo TC, em 17 de fevereiro de 2014, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça esta Assembleia quais os motivos que justificam a formulação de um novo conjunto de questões pelo TC, no passado dia 1 de abril, uma vez que, assim, preocupantemente, se está perante mais um atraso na obtenção do visto do TC ao empréstimo PAEL.

A seguir, interveio o sr. deputado António José Correia que felicitou as iniciativas a serem tomadas pela Casa da Cultura e também pelos Forais Manuelinos. Na questão do Gabinete de Inserção Profissional fica satisfeito pela sua prorrogação. Também questionou sobre qual era valor da obra da APPACDM. No âmbito da CIM, com o espetáculo da Viagem do Elefante, lança o desafio ao sr. Presidente de promover e levar os espetáculos musicais feito pelo Conservatório, de grande qualidade, para outros concelho, porque não deve ser sempre a ACERT a ser alocada. Deve-se combater isso, pois chegou a hora de nos afirmarmos a nível supramunicipal

O sr. Presidente da Assembleia Municipal comentou que este precedente, da CIM, pode favorecer e divulgar as coisas boas do concelho e beneficiar das candidaturas da CIM.

O sr. Presidente da Câmara Municipal informou o sr. deputado António Correia que a candidatura à da Viagem do Elefante proporcionada pela CIM, era uma candidatura que já vinha de trás e estava em andamento. Disse que o Sr. Vice-Presidente, na primeira reunião, questionou na CIM o porquê de não haver candidaturas para outros municípios e o porquê de não serem envolvidas associações locais e serem atribuídos aos municípios um subsídio para as



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

associações locais. Foi respondido que era uma candidatura fechada, não havendo possibilidades de alocar verbas neste momento. Numa reunião posterior, onde esteve o sr. Vereador da Cultura, foi deixada a ideia de que não pode ser só Viseu e Tondela a ter preponderância nas iniciativas locais. Abriu-se, assim, precedentes para apresentar, no futuro, candidaturas no âmbito da CIM. Em relação ao GIP, foi aberto um processo concursal. Em relação ao valor total da obra da APPACDM foi de 834 mil 217 euros e 85 cêntimos, indicando ao sr. deputado que lhe será enviado um email com os valores da obra. Relativamente à questão colocada pela sra. deputada Andrea Saldanha acerca do atraso do visto do Tribunal de Contas sobre o PAEL, disse que o atraso no envio das respostas tem a ver com a dificuldade das perguntas feitas pelo Tribunal, sendo necessário recorrer a pessoas credenciadas para poder dar as respostas para não levar à queda do PAEL.

De seguida, pediu a palavra o sr. deputado José Augusto Morais que, a partir de uma parceria entre a Etnoideia, os Escuteiros e a Câmara, fez a divulgação dos moinhos com a iniciativa do dia dos Moinhos Abertos. Disse que, enquanto Presidente da União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, irá promover e divulgar os produtos endógenos locais. Começando pelas broinhas tradicionais de Santa Comba Dão, se passem a designar "broinhas santacolumba". Para as promover irá decorrer no espaço do Mercado Municipal, no dia um de junho, a primeira mostra de broinhas com o objetivo de ajudar o comércio local. No dia do Moinho Aberto foi feita a primeira degustação das broinhas. Aproveitando um evento de funcionários das Finanças do norte, realizado no concelho, convidou o grupo para visitar os moinhos e degustar as broinhas. Esta iniciativa teve sucesso e os agentes económicos locais que aderiram obtiveram lucro. Anunciou ainda que se irá realizar, entre os dias 21 e 22 de junho a comemoração do Foral Manuelino do Couto do Mosteiro e convidou todos os presentes a comparecerem nesta iniciativa.

Foi dada a palavra à sra. deputada Edite da Conceição Alves Cruz que pediu ao sr. Presidente da Câmara um esclarecimento com mais pormenores acerca dos processos judiciais. Em relação à resposta dada à sra. deputada Andrea Saldanha, referiu que o anterior responsável pelo pelouro das Finanças, Fernando Cruz, disse que a resposta a dar ao Tribunal era fácil, o que contradiz o atual executivo que está com dificuldades na elaboração das respostas dada a complexidade das questões colocadas

O sr. Presidente respondeu à sra. deputada que em relação aos processos judiciais, tem a ver com os tramites de foro judicial e de pagamento de dividas. Também referiu a limitação do Executivo na assinatura de contratos, tendo pedido ajuda a pessoas devidamente credenciadas



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estão a ajudar outros municípios estando a trabalhar de modo a que o Executivo responda a estas questões do tribunal de contas.

Ponto dois ponto três: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2013, e ainda a apreciação do inventário patrimonial e respetivas avaliações do Município de Santa Comba Dão. Neste ponto o sr. Presidente da Câmara fez uma síntese do documento fornecido aos senhores deputados - da Prestação de Contas, destacou o Controlo Orçamental da receita a 31 de dezembro e a análise Económica e Financeira. Após a apresentação e análise do documento anteriormente referido, o sr. Presidente da Câmara disse que há momentos em que têm de ser tomadas decisões difíceis como o corte de energia elétrica pública. Referiu que está a ser feito um estudo na área urbana de Santa Comba Dão, em que o Executivo está a ouvir a opinião de todos os munícipes. Este corte poderá fazer poupanças de 10 mil euros por mês. Chamou também a atenção para a situação preocupante da certificação legal de contas e que deixa muita preocupação à situação financeira do Município. Focou também que o dinheiro não chega para tudo e que têm de ser tomadas medidas. Em relação às injunções existem várias sem que haja documentação legal na secretaria da Câmara e se o tribunal der razão a terceiros o Município terá de as suportar.

De seguida, pediu a palavra a sra. deputada Andrea Saldanha que apresentou uma declaração de voto pelo grupo Parlamentar do PS aos documentos de prestação de contas do ano de 2013 do Município de Santa Comba Dão, que constitui o anexo nº 7 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Tomou a palavra o sr. deputado Fernando Cruz que apresentou uma declaração de voto em nome do grupo Parlamentar do PSD, onde analisou e ponderou os documentos Contabilísticos; Relatório de Gestão e o Parecer Legal de Contas que reportam ao encerramento do exercício de 2013, que constitui o anexo nº 8 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Depois foi dada a palavra ao sr. deputado António José Correia referindo que na declaração de voto do PSD assumem as responsabilidades sem problema nenhum como o têm feito recorrentemente. Em relação aos processos judiciais em curso e relativamente à possibilidade da devolução de dinheiro no âmbito dos fundos comunitário esperam que isso não aconteça. Disse que a sr. deputada Andrea Saldanha refere com frequência as responsabilidades, escusa de o fazer pois o PSD assume as suas responsabilidades. Também disse que regista com agrado que o PS vote favoravelmente coisa que não fazia no passado.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi dada a palavra ao sr. Presidente da Câmara para dizer que as declarações de voto reforçam o que foi a apresentação da grande responsabilidade de assumir os compromissos do passado.

Passou-se para a votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2013, sendo a votação aprovada por unanimidade.

Ponto dois ponto quatro: 1ª Revisão ao orçamento e às GOP'S para o ano económico de 2014= Apreciação e eventual aprovação. Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do documento sob análise. Aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação do documento em apreço, sendo a votação aprovada por unanimidade.

Ponto dois ponto cinco: "Relatório do Auditor Externo sobre a informação do Município de Santa Comba Dão do 2º semestre de 2013 (Alínea do nº2 do artigo 77º da lei nº 73/2013, de 03 de setembro)." O sr. Presidente da Câmara fez uma apresentação sucinta do relatório. De seguida foi dada a palavra à sra deputada Andrea Saldanha que disse que a propósito do Relatório do Auditor Externo, sobre a Informação financeira do Município de Santa Comba Dão do 2.º semestre de 2013, se referia especificamente, ao ponto 17 do relatório. Considerando, ainda, as questões colocadas pelo Senhor Vereador João Carlos Onofre, na reunião de Câmara do passado dia 15 de abril, no âmbito da aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013, solicitava ao Senhor Presidente da Câmara que informasse a Assembleia sobre o que está, de facto, em causa, ou seja, concretizando, a que se refere o valor de 1.195.675 euros registados em acréscimos de proveitos, uma vez que o Auditor Externo refere no seu relatório que considera a recuperabilidade do valor em causa duvidosa. Tendo o Sr. Presidente da Câmara respondido que são valores de dívida da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão para com o Município, e que já foi pedido um esclarecimento sobre a dívida que está assumida e que não foi paga até ao momento. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por concluído. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor do documento em questão.

Ponto dois ponto seis: "PROFIACADEMUS - Escola Profissional de Santa Comba Dão= Documentos de prestação de contas de 2013= Conhecimento." Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara que destacou que todos os senhores deputados têm o documento com a prestação de contas e que a situação se agravou, no último ano, devido à diminuição de receitas do POPH e ao aumento das despesas com o pessoal, o que levou a um aumento da dívida. Um aumento de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gastos não comparticipados pelo POPH. O Município transferiu verbas para pagar despesas vindo a agravar a tesouraria da Câmara Municipal. Foi constituída uma comissão de análise integrada por todos os elementos do Executivo, para encontrar uma solução para a Escola Profissional.

Pediu a palavra o Sr. deputado António José Correia para dizer que todos têm consciência dos problemas da escola, as preocupações são muitas, mas pensa que já passou tempo desde a última reunião do anterior mandato, e é preciso saber se o parceiro tem o mesmo interesse, pois já passaram sete a oito meses, e acha que a escola tem futuro se o parceiro tiver interesse na área das artes e da música, deixando o apoio do PSD para encontrar soluções.

O Sr. Presidente da Câmara disse que seis meses é considerado muito tempo, mas que não é só o problema da Escola Profissional, mas sim a nível da Combanima e consequentemente os problemas com a DãoGEST. Os seis meses que passaram não foram suficientes para resolver este assunto. Este problema já foi levantado na reunião da Assembleia Municipal de setembro de 2013. O trabalho da comissão irá ser retomado no ponto em que ficou parado. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por concluído. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor do documento em questão.

Ponto dois ponto sete: "PROFIACADEMUS- Escola Profissional de Santa Comba Dão – Análise de proposta de estatutos "PROFIACADEMUS – Escola Profissional de Santa Comba Dão, E:M: Empresa Local de gestão de serviços de Interesse Geral – Educação = Apreciação e eventual Aprovação." Foi dada a palavra ao sr. Presidente da Câmara que disse que era apenas uma formalidade para dar cumprimento a uma obrigação legal. Finda a explanação do Senhor Presidente e não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta dos estatutos, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e integrada, depois de assinada pela mesa, a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto dois ponto oito: Relatório anual de avaliação se atividades da comissão de proteção de crianças e jovens de Santa Comba Dão- 2013= Conhecimento. O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para dar conhecimento do cumprimento de uma determinação legal sobre o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, referindo que é mais um relatório sobre números. Como presidente da Comissão da CPCJ disse que tem confiança plena em todo o trabalho realizado pela equipa. Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da



meq

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal deu este ponto por concluído. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor do documento em questão.

Finda a discussão do Período da Ordem do Dia, foi lida a minuta das deliberações desta sessão, nos termos da lei, para que produzam efeitos imediatos. Posta a minuta a votação foi aprovada, por unanimidade.

III – Período para intervenção e esclarecimento do público

Neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público. Neste ponto não houve intervenções por parte do público.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas dezoito horas e cinquenta minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.


Luzia Fernandes Lima Albuquerque



PROPOSTA de VOTO de PESAR pelo FALECIMENTO
de

DAVID PEREIRA DE OLIVEIRA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem propor um voto de pesar pelo falecimento do ilustre Santacombadense, DAVID PEREIRA DE OLIVEIRA.

O Sr. David Oliveira, um auto didacta que se destacou no jornalismo, fotografia, cinema, desporto e nas artes plásticas entre outras actividades, deixou uma grande parte dos seus trabalhos na medalhística, pintura e escultura aos Santacombadenses, que se encontram expostos na Casa da Cultura da nossa cidade.

Homem simples, dedicado, trabalhador, honrado, um exemplo para todos nós, passou também pelo ciclismo e pelo futebol, tendo sido jogador do Grupo Desportivo Santacombadense (Pinguins do Dão). Foi Presidente da Filarmónica e Deputado Municipal.

Prestamos a justíssima homenagem, propondo que seja atribuído o seu nome a uma rua ou praça na sua terra natal.

Santa Comba Dão, 28 de Abril de 2014

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Alejo dos



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

21

Amig

Proposta de Voto de Pesar pela Morte do Sr. David Oliveira

Considerando que:

- O Sr David Oliveira foi um destacado e distinto Santacombadense;
- Se trata do maior vulto da medalhística em Portugal;
- Teve larga e influente intervenção social em Santa Comba Dão quer através da sua participação cívica e política quer através das diversas profissões que ao longo da sua vida abraçou;
- Estamos perante um autodidata benemérito que sempre honrou e amou a suas origens e que á sua terra quis deixar a marca indelével do seu génio através das mais de 200 peças doadas á Casa da Cultura de Santa Comba Dão, que aí se encontram em exposição permanente,

O Grupo Parlamentar do PSD propõe á consideração do Sr Presidente da AM a aceitação desta proposta e a sua eventual votação.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD

(António José Brito Correia)

Santa Comba Dão, 28 de Abril de 2014

14



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores,
Caros colegas deputados Municipais
Excelentíssimo Público

Gostaria de começar por evidenciar que a minha intervenção abordará dois assuntos distintos, se assim me for permitido.

Em primeiro lugar, irei abordar a conferência de imprensa promovida pelo Executivo Municipal no passado dia 6 de março.

No sentido de evidenciar publicamente a atual situação económica e financeira do Município de Santa Comba Dão, promoveu o executivo municipal uma conferência de imprensa. Sendo as dificuldades financeiras, lamentavelmente, um problema transversal a um grande número de municípios, optou, no entanto, este executivo, por comunicar desta forma, a todo o país as suas carências financeiras, não deixando indiferentes nem os mais desatentos.

Com essa conferência de imprensa e cumprindo o objetivo elencado pelo Senhor Presidente, foram naturalmente informados os Santacombadenses das dificuldades do município, sensibilizados até, para as medidas difíceis que estão e terão de ser tomadas. Também as entidades oficiais não tiveram como não ficar alerta de tal situação, por esta via.

Existem, contudo algumas reflexões sobre esta matéria, que, a meu ver, importa fazer.

meo tes



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Sabemos que a informação disponibilizada à imprensa havia já sido abordada no âmbito das assembleias deste órgão e em reuniões de Camara Municipal e eram, portanto, públicas.

Pelo que sei, estava também o Senhor Secretario de Estado da Administração Local e a Direção Geral das Autarquias Locais a par das condições financeira do município, do ponto de situação do PAEL e também a par do manifesto interesse na possibilidade de se recorrer ao Fundo de Apoio Municipal.

Posto isto, senhor presidente, se me permite, colocar-lhe-ia as seguintes questões:

-Será despropositado afirmar que efetivamente a conferência de imprensa serviu para transmitir informação já conhecida das entidades oficiais e dos Santacombadenses, tornando injustificada, deste modo, esta conferência de imprensa e o seu âmbito nacional?

-Enquadrada no objetivo estratégico de equilibrar as contas, reduzir o endividamento e pagar aos fornecedores, em que sentido entendeu o executivo ser benéfico para as relações de confiança com os fornecedores, no processo de renegociação de dívida com credores e do ponto de vista da captação de novo investimento no município, a realização desta conferência de imprensa?

Para finalizar e a titulo de observação, direi que mais grave do que um problema e manifestar a incapacidade de lidar com ele, gerando uma inevitável insegurança nos Santacombadenses. Registo ainda que no tratamento de assuntos de máxima importância para o nosso futuro coletivo, parece-me desejável que seja sempre fomentado, por parte do executivo, o espirito de cooperação com todas as forças políticas aqui representadas.

[Handwritten signature in blue ink]



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Alexandre

De
Cunha
aug

O segundo assunto que irei abordar enquadra-se na estratégia rodoviária regional, tema absolutamente central para o nosso município e que gostaria de colocar na agenda de debate

Numa altura em que a Administração Central deu a conhecer os investimentos prioritários em obras públicas para o período 2014- 2020, do ponto de vista rodoviário, uma nova ligação por auto-estrada entre Viseu e Coimbra foi considerada infraestrutura prioritária de elevado valor acrescentado. Congratulamo-nos com este facto. Ficámos contudo a saber que essa nova ligação só avançara mediante investimento privado.

Sobre este projeto, sabemos constituir um fator de desenvolvimento para o nosso território, que contribui decisivamente para potenciar fatores de competitividade económica e de internacionalização do nosso tecido empresarial, bem como para promover a cada vez mais necessária coesão territorial.

Uma vez que este corredor é um eixo fundamental de circulação de pessoas e de bens que serve o nosso município, defendemos, prioritariamente, que seja mantida a gratuitidade de circulação no mesmo.

Na eventualidade da construção de uma autoestrada portajada, defendemos a manutenção do IP3, embora requalificado atendendo às suas graves lacunas atuais, de modo a que possa garantir níveis satisfatórios de circulação e de segurança. Discordamos de um eventual aproveitamento desse itinerário para a construção de uma autoestrada portajada, deixando o município sem alternativa. Existem suficientes maus exemplos nos pais de sobreposição de traçados de itinerários principais por autoestrada com custos de utilização para os utentes, que para além de não terem deixado alternativas aceitáveis de circulação, introduziram um maior custo na mobilidade.

Assinatura



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Anexo 15

[Handwritten signatures and initials]

Isto é o que defendemos, no entanto, estamos abertos, consertando posições, à redação conjunta de uma moção, que possa traduzir a posição das forças políticas representadas neste órgão deliberativo sobre esta matéria, que, dada a sua importância, merece um consenso alargado.

Santa Comba Dão, 28 de Abril de 2014

Pelo grupo parlamentar,

[Handwritten signature of Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes]

Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes

[Handwritten signature]



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Exmo. Sr Presidente da Assembleia,

Exmo. Sr. Presidente da Camara Municipal,

Exmos. Srs. Deputados,

Dignissimo público,

Ponto 1 -

- No seguimento de um dos temas apresentado na última assembleia municipal, solicito ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimento sobre o seguinte:

No quadro e valores apresentados sobre a poupança com cargos políticos foram incluídos os valores pagos como ajudas de custo ao Sr. Vice Presidente?

É de notar que este pedido de esclarecimento não põe em causa o facto de serem pagas ajudas de custo. Apenas pretendemos que seja clarificado, se o Sr. Vice Presidente auferiu ou não, algum tipo de remuneração mensal dado que a mensagem passada foi de que este não auferia nenhum valor pelas funções desempenhadas. **(A)**

Designadamente no plano Estrutural de despesas Imprescindíveis e Indispensáveis, deduz-se de que o Sr. Vice Presidente não auferiu qualquer valor pelas funções desempenhadas.

Ponto 2 -

Celebração de 500 Anos dos Foral de São João de Areias:

- No passado dia 12 e 13 de Abril foram comemorados os 500 anos do Foral Manuelino de São João de Areias concedido por D. Manuel I, a 10 de Abril de 1514.

Quem esteve presente durante as comemorações pode sentir o "regresso ao passado" pelos trajes, sons e sabores. Pode ainda verificar a alegria, a partilha, mas acima de tudo, e com todas as limitações financeiras que o nosso município vive, o envolvimento da população, que durante os festejos e dias de preparação sentiram que tinham de assinalar tal data de forma única, tal como aconteceu.

O grupo parlamentar do PSD vem desta forma destacar e parabenizar a Junta de Freguesia de São João de Areias pela organização que em conjunto com quase todas as associações da freguesia e população envolvida realizaram uma acção digna de destaque.

Santa Comba Dão, 28 de Abril de 2014,

O grupo parlamentar do PSD



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Membros da Assembleia Municipal
Estimado Público

As Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) são actividades pedagógicamente ricas e complementares das aprendizagens curriculares ligadas à aquisição de competências básicas. As AEC's são potenciadoras do desenvolvimento global do aluno e de aprendizagens inovadoras.

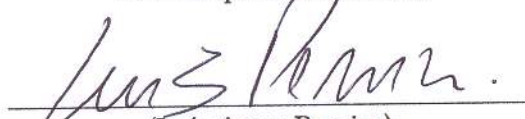
O Município de Santa Comba Dão reconheceu desde a primeira hora a importância das Actividades de Enriquecimento Curricular para o desenvolvimento e para o sucesso educativo dos alunos do 1º ciclo do ensino básico. As Actividades de Enriquecimento Curricular no Concelho de Santa Comba Dão foram sempre modelares a nível regional e até, atrevo-me a dizer, a nível nacional.

Foi com admiração que tomei conhecimento que algumas das Actividades Curriculares tinham sido interrompidas. Mais especificamente, as actividades lectivas de música foram interrompidas por motivo de greve dos respectivos professores, devido a falta de pagamento dos salários. É uma situação grave e inédita.. É certo que no passado houve por vezes atrasos nos pagamentos, mas nunca nos últimos oito anos, houve qualquer interrupção das actividades lectivas.

Peço ao Sr. Presidente da Câmara que apresente a esta Assembleia, os motivos da falta de pagamento ao CMAD e APDEF, que em última análise levaram à interrupção das Actividades de Enriquecimento Curricular de música.

Santa Comba Dão, 28 de Abril de 2014

Pelo Grupo Parlamentar,


(Luís Artur Pereira)



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Exmo. Sr Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Srs. Deputados,
Dignissimo público,

Muito boa tarde,

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

No seguimento de alguns dos temas debatidos na última assembleia municipal solicito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento sobre os seguintes pontos:

1. "Quadro de responsabilidades, constante da Revisão do Acordo com a CGD no âmbito do Reequilíbrio Financeiro"

Questionámos em diferentes AM's o Sr. Presidente, sobre os fundamentos que levaram a Entidade financeira CGD, a alterar os encargos financeiros reportados a duas prestações intercalares, cujo capital já havia sido depositado em conta específica indicada para este efeito, penalizando assim o Município no acréscimo de juros a debitar, e que constam do ANEXO II do Plano de pagamentos, reportado ao Acordo de Reequilíbrio Financeiro de 950 000,00 €.

Não obstante se tratar de um "alerta" sobre uma injustificada penalização, sem qualquer justificação compreensível, o Sr. Presidente respondeu na última AM que tal agravamento se deveu a que numa situação os juros eram calculados ao mês e na outra ao dia, gerando a diferença de encargos com juros expressa no ANEXO II.

Peço-lhe Sr. Presidente que nos faça o favor de entregar uma cópia dessa explicação da CGD, porque é de todo inaceitável. Com efeito, se leu com o Executivo o Acordo inicial e, o Acordo entretanto assumido com o seu Executivo, verifica na Cláusula do ponto 7-pagamento de juros e reembolso de Capital -,que ambos reportam que os juros são calculados dia a dia, sobre o capital em dívida e pagos postecipadamente e mensalmente (7.1)

Significa isto que o Sr. Presidente não informou correctamente esta AM nem apresentou a justificação formal que terá sido solicitada à CGD? Tendo sido formulado o nosso alerta numa expectativa de não penalização adicional mais gravosa dos encargos a assumir pelo Município, resta pedir-lhe que em definitivo diga a esta AM se estamos correctos ou se há leituras diferentes do ponto 7 do Acordo em apreciação?

2. "Desígnio e objectivos deste executivo"

Este ponto vai ao encontro do ponto 3º do documento de Introdução à Proposta de Orçamento de 2014, (já foi colocada em Assembleias anteriores) e que diz o seguinte:

3º Ponto - Apoio à dinamização da economia local:

- De que forma o actual executivo fará esse mesmo apoio/dinamização?
- O que já foi feito do ponto de vista estratégico (em termos de planeamento)? – Já foi criada alguma equipa de trabalho nesse sentido (através do gabinete do investidor ou recorrendo a recursos externos)?
- Já existe alguma agenda de trabalho dedicada aos temas do desenvolvimento estratégico do concelho?
- Qual a aposta deste executivo? Em que "vectores" está a (ou irá) actuar?

Santa Comba Dão, 28 de Abril de 2014

Pelo Grupo Parlamentar,

(Marco Varela)



Santa Comba Dão

Alexo setúco

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO DE VOTO AOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013 DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

A apresentação dos documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal é uma forma do órgão deliberativo exercer os seus poderes de controlo e fiscalização, através de uma votação, a única forma que um órgão colegial possui para se manifestar, que permite efectuar um juízo de apreciação sobre estes documentos, já aprovados pela Câmara Municipal, avalizando a boa ou má gestão dos meios financeiros colocados à disposição do órgão executivo, em resultado da atividade Municipal do ano em referência.

Em concreto, a Prestação de Contas e Relatório de 2013, que ora se aprecia, espelha bem aquela que foi a gestão prosseguida nos anos anteriores, mas mais do que isso, deixa muitas reservas e suscita grandes dúvidas e incertezas quanto àquela que poderá vir a ser a gestão do atual executivo que, relativamente ao exercício de 2013, o ano aqui em apreço, apenas conduziu a execução financeira nos dois últimos meses.

São pois, enormes e inúmeros, os problemas e constrangimentos que se colocam à gestão do atual executivo, e que não só se encontram bem evidenciados nos documentos da prestação de contas, designadamente no Relatório de Gestão, como são integralmente atestados na Certificação Legal das Contas efectuada pelo Revisor Oficial de Contas.

Assim, fruto da situação de desequilíbrio financeiro estrutural em que o Município de Santa Comba Dão vem estando mergulhado, nos últimos anos, verifica-se e destaca-se que, em 2013:

- o Município continuou a registar tanto excesso de endividamento líquido (6,7M€), como excesso de endividamento de médio e longo prazo (5,3M€), face aos limites fixados por lei. Saliente-se, contudo, que relativamente ao endividamento de médio e longo prazo, ao contrário do sucedido com o endividamento líquido, foi alcançada a redução imposta de 10% face ao ano anterior, mas que tal, mais não é, do que o resultado da não contracção de novos empréstimos e a realização das amortizações efetuadas durante o exercício de 2013, relativas a empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
- o Município continuou a aumentar a dívida a terceiros de curto prazo, um aumento de cerca de meio milhão de euros, o que representa um acréscimo de 10% face ao ano anterior. Evolução pouco aceitável se considerarmos que em



Santa Comba Dão

apresentada na Prestação de Contas que aqui, agora, se aprecia, não reflete um conjunto de outras ocorrências que, quando passarem a ser consideradas, contribuirão definitivamente para desequilibrar ainda mais, e de forma bastante acentuada, a situação financeira do Município de Santa Comba Dão.

Assim, das várias ocorrências, conveniente e objetivamente identificadas no documento de Certificação Legal das Contas, entendemos ser importante aqui destacar aquelas que nos levantam maiores reservas e preocupação e para as quais consideramos urgente que o atual executivo tome as devidas medidas, desde logo, no sentido de apurar responsabilidades, mas também, no sentido de conferir uma imagem mais verdadeira e apropriada das suas demonstrações financeiras, a qual por mais dura e vergonhosa que seja, deve ser a única a ser comunicada aos santacombadenses, em nome da verdade, do rigor e da transparência. Assim, não será possível continuar a ignorar e desvalorizar os seguintes factos:

1. A necessidade de poder vir a devolver verbas obtidas a título de comparticipação pela Autarquia em obras realizadas ao abrigo do QREN, no âmbito do processo judicial em curso;
2. O pagamento de sanções que poderão vir a ser aplicadas ao Município, caso se venham a provar os indícios da ocorrência de irregularidades detetadas no âmbito das ações de fiscalização realizadas a obras executadas entre 2008 e 2012, com recurso a financiamento do QREN;
3. As quantias que irão ter que ser internalizadas no passivo do Município em sequência do processo de dissolução que a empresa participada Combanima atravessa;
4. O total do incumprimento bancário que o Município vem acumulando desde o exercício de 2011, e que no final de 2013 ascendia já a 997.296 euros, relativo a amortizações e juros não pagos nas datas devidas das prestações, isto ainda sem considerar os eventuais juros de mora que venham a ser cobrados;
5. As dívidas reclamadas por fornecedores, num total de 644.944 euros, sem qualquer reflexo contabilístico, ou seja, em que o procedimento de despesa não foi legalmente assumido;
6. A utilização de descoberto bancário, ilegalmente utilizado, na medida em que se trata de uma forma de financiamento que está vedada às Autarquias locais, o qual não foi ainda possível liquidar, subsistindo em dívida um total de 423.268 euros.



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara

Srs. Deputados da AM

Digníssimo Público

O Grupo Parlamentar do PSD analisou e ponderou os documentos Contabilísticos; Relatório de Gestão e o Parecer Legal de Contas que reportam ao encerramento do exercício de 2013, tendo em linha de conta o enquadramento geral, em que estamos a avaliar os resultados, designadamente pela entrada do "novo" executivo a 19-10-2013; a candidatura ao PAEL aprovada até ao montante do Empréstimo com maturidade de 20 anos, de 3 660 741,90 €, que aguarda o "visto" do TContas e, o cumprimento do PSF reformulado em 2010.

Neste enquadramento específico é particularmente relevante registar o comportamento dos principais indicadores de avaliação no âmbito das Finanças Locais e, que são cruciais para projectar a sustentabilidade do Município a Médio/longo Prazo. Nesta linha de avaliação objectiva, destacamos o seguinte:

- a diminuição do endividamento líquido em 8,2 %, situando-se em 13 516 761,00 €;
- diminuição do Endividamento de Médio/longo prazo em 16,1%, situando-se em 11 368 497 €;
- a dívida de Curto Prazo, registou um acréscimo de 10,6%, que se deve muito em particular no atraso "persistente" no "visto" do T Contas, que permitirá homologar o empréstimo com objectivo de regularização da dívida a Fornecedores até 3660 741 €, ainda assim registou-se que na especialidade a estrutura da dívida de curto prazo é a seguinte:

.fornecedores c/c evidencia um aumento de 22,1%

.fornecedores de imobilizado diminui 9,4%

.outros credores –ARD,s aumenta 5,8%

O impacto da aprovação do PAEL no abatimento do Serviço de dívida de curto prazo é pois decisivo para assegurar a inversão do comportamento da dívida com fornecedores de c/c, que ainda se manifesta a 31-12-2013.

- a receita arrecadada em 2013, revelou uma evolução negativa com uma quebra de 2 240 209,27 €, que resulta em especial da diminuição das transferências de capital, na ordem de 1 966 199,22 €. Em sentido contrário, tivemos um aumento das receitas próprias, que cresceram 164 248,70 € muito em particular, pelo contributo do IMI, que cresceu 20,4% em relação a igual período homologo de 2012.

[Handwritten signature]



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Ao nível dos principais indicadores de gestão económico-financeiros, destacamos o comportamento diferenciado ao nível seguinte:

AF= 1,07%

Financiamento do Imobilizado =0,005%

Liquidez Imediata =0,001%

Cash-Flow (meios libertos líquidos) = 724 488,33 €.

Deveremos ainda relevar os “alertas” mais importantes, registados pelo SROC na Certificação Legal das contas de 2013, pelo impacto que a sua manutenção pode reflectir nas Demonstrações Financeiras do próximo exercício e, das quais destacamos

- . a resolução do procº judicial em curso sobre Obras no âmbito do QREN;
- . liquidação “definitiva” da Empresa Municipal COMBANIMA, E.M. pelos reflexos dos resultados a internalizar no Município;
- . incumprimento reiterado com Instituição Financeira, cujo montante acumulado ultrapassa 1 milhão de €
- . reconciliações de saldos com evidentes diferenças de valores, que devem ser normalizados a muito curto prazo;
- . valores elevados de fornecedores, que se afiguram incobráveis e, deverão ser clarificados pelo seu impacto no Activo e Fundos Próprios do Município.

É neste quadro de realismo que desejamos a consolidação do ajustamento financeiro exigente, onde naturalmente não há lugar a indecisões, face às opções de Gestão que entretanto deverão ser tomadas, para ultrapassar a situação em que o Município se debate, aproveitando a curto prazo o novo mecanismo de insolvência o FAM, já enviado à Assembleia da Republica.

É neste contexto e, atentos os considerandos da avaliação rigorosa que realizámos, que votamos favoravelmente as contas do Exercício de 2013

Santa Comba Dão, 28 de Abril de 2013

Fernando Augusto N. Gomes da Cruz